

Rede municipal mantém greve e faz passeata com 20 mil

Professores e funcionários não aceitam a arrogância e a intransigência do prefeito – a greve continua, Paes a culpa é sua!

Vinte mil profissionais de educação da rede municipal do Rio de Janeiro participaram nessa terça, dia 20, da assembleia, passeata e ato em frente à prefeitura, em protesto contra as declarações do prefeito Paes, que ameaçou a categoria com o corte de ponto e ameaça de demissão de quem está em estágio probatório, ao invés de buscar a negociação. Na assembleia, a categoria disse um NÃO ao prefeito e manteve a greve, iniciada dia 8 de agosto.

Logo após a assembleia, realizada na quadra do Clube Municipal, que de tão lotada obrigou milhares de profissionais a acompanharem a assembleia na Rua Haddock Lobo, fechando a via, a categoria se dirigiu em passeata até a sede da prefeitura.

Na prefeitura, os milhares de professores e funcionários administrativos exigiram uma audiência. Em seguida, uma comissão do Sepe foi recebida pelo secretário chefe da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho, o subsecretário de Gestão, Paulo Figueiredo, e a assessora da SME, professora Nazareth. Com isso, foi reaberto o canal de negociação.

Na audiência, o secretário se comprometeu a levar ao prefeito as reivindicações da categoria e a marcar nova audiência nessa quarta, dia 21. Em relação ao reajuste salarial: Pedro Paulo afirmou que a prefeitura não tem dinheiro para reajustar os salários. Ele afirmou que somente “após a aprovação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) a prefeitura poderá voltar a discutir esse



Um mar de profissionais da educação tomou conta das ruas da Tijuca contra a intransigência do prefeito

ponto”; o Sepe, por sua vez, reivindicou que o governo municipal abra as suas contas para dizer o que faz com as verbas que deveriam ser destinadas à Educação.

O secretário se comprometeu a rediscutir as seguintes reivindicações:

- 1) Presença do Sepe no Grupo de Trabalho que vai discutir a proposta de plano de cargos e carreira unificado (PCCS);
- 2) Redução do período de conclusão do GT PCCS de 90 dias para 60 dias;
- 3) Direito de origem dos profissionais na escola (extinção da Resolução 03);
- 4) Carteira funcional para funci-

onários de escolas;

5) Eleição para diretor de escola;

6) Abertura de negociações com a SME dos pontos pedagógicos, com a presença da secretária Cláudia Costin (1/3 de planejamento; a questão do professor de Línguas; a reestruturação das escolas; diminuição da carga horária dos funcionários, entre outros);

7) Formalização da Data base da categoria em maio.

Ao final da audiência, a categoria fez um abraço simbólico ao prédio da prefeitura. Uma nova assembleia está marcada para esta sexta, dia 23, às 10h, em local a confirmar. No dia 20/08, a greve completou 12 dias, com mais de 80% das escolas paradas.

Educação quer a abertura da caixa-preta da prefeitura

Prestações de contas públicas comprovam que prefeitura não gasta o que deve em Educação e existe dinheiro para Reajuste e Valorização! Identificamos QUATRO problemas nas contas da prefeitura que comprovam a existência de recursos para o atendimento das reivindicações da categoria dos profissionais da educação em greve.

(Fonte: Relatório resumido da Execução Orçamentária do Executivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro referente ao PRIMEIRO SEMESTRE de 2013, publicado no D.O. de 29 de julho de 2013, p. 24-25)

1 – No primeiro semestre de 2013, o mínimo constitucional que deveria ter sido investido em Educação era de R\$ 2.515.318.353,86 e a prefeitura só investiu R\$ 1.806.490.628,82. DIFERENÇA: R\$ 708.827.725,04

Observação: Tem sido recorrente à administração municipal fazer economia no primeiro semestre e cumprir os mínimos constitucionais às pressas no final do ano, investindo sem planejamento e deixando as ações estruturais (como valorização salarial) sem recursos, por absoluta vontade política e não por falta de recursos.

2 – Na mesma lógica do problema anterior, a prefeitura só gastou 74,66% dos recursos do Fundeb arrecadados no semestre, deixando de investir R\$ 283.273.067,89 da receita OBRIGATORIAMENTE vinculada à educação. Além disso, a arrecadação do Fundeb foi 12% acima do previsto para o semestre (superávit de R\$ 108,7 milhões), indicando que, em 2013, a Prefeitura terá mais recursos que os previstos para atender às reivindicações da categoria.

3 – IRREGULARIDADE ainda mais grave é que a Prefeitura é obrigada a gastar no mínimo 60% das receitas do Fundeb em SALÁRIO. Apesar disso, no PRIMEIRO SEMESTRE, a prefeitura gastou apenas 47,17% dos recursos do Fundeb com folha de pagamento. DIFERENÇA: R\$ 125.796.903,15. Esse é mais um claro indicativo de que há muitos recursos disponíveis para uma efetiva valorização salarial.

4 – A prefeitura está muito longe de atingir o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O último dado disponível revela que a prefeitura gasta apenas 39,78% das receitas correntes líquidas com pessoal, enquanto o limite prudencial da LRF é 51,3%. E isso não é novidade. É uma política da administração Eduardo Paes. Desde 2010, os gastos

com pessoal giram em torno de 40% das receitas, fruto de uma política de desvalorização do servidor público. No governo Paes (2009 – 2013) as receitas da prefeitura cresceram 65% enquanto a despesa com pessoal subiu apenas 32%.

(Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional-SISTN)

Conclusão: Sob todos os pontos de vista, a prefeitura municipal do Rio de Janeiro tem recursos mais do que suficientes para dar reajuste salarial e garantir um plano de carreira com valorização por tempo de serviço e formação. Se não faz isso e resolve intimidar os profissionais em greve é por opção política e irresponsabilidade social.

VEJA O QUE A REDE MUNICIPAL DO RIO REIVINDICA:

- 1 - REAJUSTE DE 19%;**
- 2- PLANO DE CARREIRA UNIFICADO;**
- 3 - 1/3 DA CARGA HORÁRIA PARA PLANEJAMENTO;**
- 4 – MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS ESCOLAS E CRECHES E ESPAÇO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (EDIS);**
- 5 - FIM DA MERITOCRACIA**

CALENDÁRIO:

- . QUARTA-FEIRA (21):
ATO UNIFICADO COM O ESTADO, NA ALERJ, A PARTIR DAS 14H;**
- . QUINTA-FEIRA (22):
VISITAS ÀS ESCOLAS E ATOS DESCENTRALIZADOS;**
- . SEXTA-FEIRA (23):
ASSEMBLEIA GERAL DA REDE MUNICIPAL, 10H, EM LOCAL A CONFIRMAR.**